Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

28/2014

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Horário

Majoração de carga horária - Impossibilidade - Artigo 468 da CLT. A majoração da carga horária do obreiro viola o artigo 468 da CLT, ainda que consensual, na medida em que o obriga a trabalhar em módulo semanal superior ao inicialmente contratado, que era condição mais benéfica já incorporada ao contrato de trabalho. O empregador pode, por exemplo, alterar os horários de trabalho do obreiro, sem aumento da carga horária, o que certamente estaria no âmbito de seu poder diretivo. Entretanto, majorar a carga horária do trabalhador não se insere no *jus variandi* do empregador, diante do seu evidente caráter prejudicial. (TRT/SP - 00007468620125020252 - RO - Ac. 12ªT [20140526182](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 07/07/2014)

APOSENTADORIA

Complementação. Direito material

Complementação dos proventos da aposentadoria. Aplicação das normas em vigor na data da admissão. O empregado aposentado antes da edição da Lei Complementar n.º 109/2001 tem direito à aplicação das normas previstas no Regulamento de Benefícios vigente à época da admissão, conforme inteligência da Súmula n.º 288 do C. TST. (TRT/SP - 00002904220125020445 - RO - Ac. 12ªT [20140526050](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 07/07/2014)

ASSÉDIO

Moral

Furto na empresa. Criação de comissão interna. Assédio moral. Inexistência. Como decorrência do poder diretivo do empregador (art. 2º, CLT), bem como do direito fundamental à propriedade privada (art. 5º, XXII, CF), o empregador pode determinar a instauração de sindicâncias dentro da empresa, com a finalidade de apurar fatos ocorridos no local de trabalho e possíveis irregularidades. Claro é que a comissão não tem poderes de polícia ou inquisitivos/julgadores, devendo atuar sempre respeitando as liberdades e direitos individuais consagrados pelo sistema jurídico vigente. No caso concreto, não restou demonstrada qualquer irregularidade na atuação da comissão sindicante. Rejeito. (TRT/SP - 00001115620135020063 - RO - Ac. 14ªT [20140378086](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 16/05/2014)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Empregador

Agravo de instrumento - Concessão da Justiça Gratuita ao empregador - Impossibilidade. A isenção de despesas processuais é concedida somente ao empregado que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou que comprovar a impossibilidade de arcar com as custas e demais encargos decorrentes do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Inteligência dos artigos 2º, parágrafo único da Lei nº 1.060/50, e 790, parágrafo 3º, da CLT, c/c Súmula nº 06, do TRT da 2ª Região. (TRT/SP - 00009770220135020019 - AIRO - Ac. 8ªT [20140567784](#) - Rel. Rovirso Aparecido Boldo - DOE 21/07/2014)

BANCÁRIO

Configuração

Bancário. Enquadramento. Afasta-se o pretendido vínculo da reclamante diretamente com o banco, tendo em vista que suas atividades eram apenas de suporte técnico operacional, intermediando e apoiando o agente financeiro, sem que efetuasse a análise de qualquer contrato, sendo seu trabalho estritamente administrativo/técnico. (TRT/SP - 00014988120125020018 - RO - Ac. 6ªT [20140538245](#) - Rel. Mauro Vignotto - DOE 07/07/2014)

CONCILIAÇÃO

Comissões de conciliação prévia

Comissão de conciliação prévia. Art. 625-e, da CLT. Eficácia liberatória. Limitação. Os acordos firmados perante a CCP não fazem coisa julgada, tampouco impedem o acesso ao Judiciário, ou representam quitação integral do extinto contrato de trabalho, haja vista a disposição do art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Não é esse o alcance da eficácia liberatória geral prevista no art. 625-E da CLT. O dispositivo consolidado em análise deve ter interpretação restritiva. A eficácia liberatória deve ficar adstrita às parcelas e aos valores consignados no termo firmado perante a CCP. (TRT/SP - 00006010220115020014 - RO - Ac. 12ªT [20140527138](#) - Rel. Maria Elizabeth Mostardo Nunes - DOE 07/07/2014)

CONFISSÃO FICTA

Reclamante

Confissão ficta. Efeitos. Nos termos do art. 343, parágrafo 2º do CPC, aplicável conforme o art. 769 da CLT, a parte que não comparece à audiência para prestar depoimento incide em confissão quanto à matéria de fato, gerando, em favor da parte adversa, presunção *juris tantum* de veracidade dos fatos alegados, consoante entendimento cristalizado na Súmula 74 do TST. Destarte, por ausente à audiência em que deveria prestar depoimento pessoal, à reclamante foi corretamente aplicada a pena de confissão quanto à matéria fática. Apelo improvido. (TRT/SP - 00008336820125020017 - RO - Ac. 3ªT [20140662191](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 12/08/2014)

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (LEGAL OU VOLUNTÁRIA)

Patronal

Ementa - Contribuição Sindical Rural - Empresário/Empregador Rural - Comprovação - Publicação de Editais - Notificação pessoal do devedor - Necessidade - A contribuição sindical rural é espécie de contribuição social (artigo 149, da Carta Magna), instituída pelo artigo 578, da CLT, possuindo natureza nitidamente tributária, parafiscal, e se submete ao conjunto de princípios e normas constitucionais que regulam a exigência coativa de prestações pecuniárias pelo Estado. Ou seja, pressupõe regular lançamento (artigo 142, do CTN), tornando líquida e certa a obrigação correspondente, e se completa com a notificação pessoal do contribuinte/sujeito passivo (artigo 145, do CTN), a fim de que seja

cientificado da necessidade de recolher a contribuição sindical. Por isso, que a ciência do contribuinte no tocante à constituição da contribuição sindical deve respeitar não somente às regras concernentes à publicação de editais, conforme preceitua o artigo 605, da CLT, mas também à notificação pessoal e editalícia do sujeito passivo, nos moldes delineados no artigo 145, do CTN, a fim de verificar o fato gerador da obrigação correspondente. Afinal, tais atuações, como condições necessárias à eficácia do procedimento do recolhimento da contribuição sindical, devem preceder em homenagem aos princípios da publicidade dos atos administrativos e da não surpresa do contribuinte, acolhidos pelo Ordenamento Jurídico Pátrio. De todo modo, é fato, se o contribuinte que vive no campo tem, por vezes, suas dificuldades de acesso a jornais de grande circulação, o que dirá, então, ao Diário Oficial, pelo que a publicação de editais acaba por não cumprir com a exigência normativa. Nessa esteira, a constituição definitiva da contribuição sindical, enquanto tributo, se dá pela notificação pessoal do devedor - que é aquele definido como empresário ou empregador rural (artigo 1º, inciso II, do Decreto-lei 1.166/71) -, tornando o crédito existente no aspecto formal, vertendo o pedido para juridicamente possível, e possibilitando ao devedor valer-se do contraditório e da ampla defesa, pois poderá quitar a dívida ou se opor à cobrança. Na hipótese corrente, contudo, a reclamante, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), não logrou evidenciar que a pessoa jurídica a que imputava a cobrança do tributo, fosse empregador rural, bem como, não chancelou existir constituição regular do crédito tributário objeto da cobrança, tanto pela ausência de lançamento e uso da via executiva adequada para a cobrança em juízo (certidão da autoridade do Ministério do Trabalho), como pela falta de comprovada notificação pessoal da reclamada, enquanto pretense sujeito da obrigação tributária, tornando por indevida a cobrança pretendida, por impossibilidade jurídica do pedido. Recurso Ordinário da autora a que se nega provimento. (TRT/SP - 00008109320135020080 - RO - Ac. 16ªT [20140628201](#) - Rel. Nelson Bueno do Prado - DOE 05/08/2014)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por atos discriminatórios

Portador de hanseníase. Doença grave. Dispensa discriminatória. Ônus da prova. O direito potestativo do empregador de resilir unilateralmente o contrato de trabalho, não é absoluto, já que encontra-se mitigado pela função social do trabalho, bem como por princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, dentre eles a dignidade da pessoa humana, que tem por objetivo promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo ou quaisquer outras formas de discriminação (artigo 1º, III e 3º, IV, da Constituição Federal). E para efeito de restrição à despedida imotivada na relação de emprego, a Lei 9.029/1995 definiu, genericamente, ato discriminatório em seu artigo 1º da seguinte forma, a saber: "qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal". Embora não dirigida de forma explícita àquele que é acometido de doença grave, porém, ao vedar qualquer prática discriminatória, impõe-se utilizar esse preceito legal, por analogia, no presente caso. É cediço que a ordem jurídica constitucional e infraconstitucional repudia a discriminação, pelo que nula a dispensa fundada em ato discriminatório, sendo certo que no caso de trabalhador com hanseníase - doença gravíssima, antiga e causa deformidade na pessoa -, presume-se a

existência de ato discriminatório, devendo a empresa provar de forma clara que a dispensa não ocorreu com esse viés, assim como ocorre com as pessoas portadoras do vírus HIV. Inteligência da Súmula 443, do C. TST. Recurso Ordinário da reclamada a que se nega provimento. (TRT/SP - 00021544320105020039 - RO - Ac. 8ªT [20140568128](#) - Rel. Sidnei Alves Teixeira - DOE 21/07/2014)

Indenização por dano moral em geral

O instituto da cláusula penal punitiva, ou *punitive damages*, originária do *common law*, insere-se confortavelmente em nosso sistema jurídico, como parte da reparação civil por danos morais em sentido amplo (compensação direta, ação pedagógica, efeito desestimulador), referida na proteção dos direitos da personalidade. Requer, para que sua particularização seja consistente, e independente da reparação ou compensação específica pessoal de danos (*compensatory damage*) que a conduta do agente a ser penalizado adicionalmente seja suficientemente grave de forma a atingir toda a comunidade interna da empresa representada pelo conjunto dos seus empregados. Trata-se da adoção de medidas cogentes visando o desencorajamento de condutas do empregador que atingem a coletividade de empregados. Como tal, o melhor sítio para o acolhimento dessas punições, até que venha alteração legal condizente, ocorre no campo do direito coletivo, e não no individual, salvo se a punição, mesmo nos dissídios individuais tenha um direcionamento coletivo. (TRT/SP - 00000302120135020027 - AIRO - Ac. 7ªT [20140607476](#) - Rel. Gabriel Lopes Coutinho Filho - DOE 01/08/2014)

Dano moral. Mero inadimplemento. Ausência de provas. No caso de simples inadimplemento, a dor moral não se constitui *incontinenti*, mas deve ser provada, com a demonstração dos dissabores pelos quais teve de passar o empregado, até porque a falta de pagamentos e depósitos possui remédio próprio que, bem utilizado, faz cessar as consequências. Na hipótese vertente, o autor não apresenta elementos para comprovar o alardeado dano, se escorando apenas em teses jurídicas que pouco ou quase nada retratam os fatos ensejadores de eventual abalo moral. Recurso Ordinário não provido, no aspecto. (TRT/SP - 00023901320125020075 - RO - Ac. 14ªT [20140433036](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 30/05/2014)

Dano moral. Empréstimo consignado. Inclusão do nome do trabalhador no Serasa. Pela análise do conjunto probatório dos autos, evidente o dano moral. Não se pode negar que a negativação do nome da trabalhadora traz uma série de consequências, tais como impossibilidade de fazer novos empréstimos, financiamentos e até mesmo o transtorno de ser inconvenientemente contactada para pagar o que não deve. Tal situação afronta o princípio da dignidade da pessoa humana e abala a intimidade da trabalhadora, que como qualquer pessoa, tem inúmeras obrigações a serem saldas em datas apazadas, sendo que muitas vezes precisa de novos empréstimos para saldar seus débitos, possibilidade inviabilizada pela sua errônea inclusão no cadastro de inadimplentes. Evidente a ofensa ao patrimônio ideal da trabalhadora (direitos de personalidade, artigo 5º, V e X, Constituição Federal). (TRT/SP - 00004970720135020251 - RO - Ac. 14ªT [20140378140](#) - Rel. Francisco Ferreira Jorge Neto - DOE 16/05/2014)

Indenização por dano moral por doença ocupacional

Pensão Mensal Vitalícia. Dano Moral. Não trouxe a empregadora aos autos nenhuma prova técnica capaz de elidir as conclusões periciais, não havendo falar,

portanto, em ausência de indicação de culpa patronal para condenação em indenização. O laudo pericial aponta labor em posições anti-ergonômicas e de esforço continuado, durante todo o contrato laboral, causando moléstia profissional, equiparada a acidente do trabalho, sendo a 1ª ré responsável pela reparação. Considerando o grau de culpa do infrator, a extensão do dano, o bem jurídico lesado, o poder econômico do ofensor e o caráter pedagógico-social da pena, entende-se adequados os valores fixados com parcimônia e moderação para as indenizações por dano moral e pensão mensal vitalícia, não havendo falar em redução dos valores indenizatórios. Recurso da primeira reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00017249720105020037 - RO - Ac. 13ªT [20140444097](#) - Rel. Cíntia Táffari - DOE 03/06/2014)

DESPEDIMENTO INDIRETO

Configuração

Rescisão Indireta. A irregularidade no tocante aos recolhimentos dos depósitos para o FGTS e das contribuições previdenciárias macula a confiança necessária para o prosseguimento da relação empregatícia, por culpa da parte contratante. Além do que, a conduta abusiva da empresa enquadra-se nos termos do art. 483, d, da CLT. Os recolhimentos omitidos pela empresa são, é evidente, a base para garantia de direitos aos trabalhadores em geral, os quais são qualificados como essenciais e compõem o piso vital mínimo. Não por outro motivo, a Lei n.º 9615/98, no art. 31, parágrafo 2º, prevê que o não recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS dão ensejo à mora, hábil a rescindir indiretamente o pacto laboral. Precedentes do C. TST. Feriados Trabalhados. A comprovação de concessão de folga compensatória afasta o direito ao pagamento em dobro do labor em feriados. Honorários Advocatícios. Diante do *jus postulandi*, assegurado na CLT, mesmo após a Carta Magna de 1988, é faculdade da parte a constituição de procurador habilitado com o fito de propositura de ação na Justiça Trabalhista (nos limites delineados na Súmula n.º 425 do C. TST). Assim, o fazendo, arca com os ônus advindos. (TRT/SP - 00021625220125020038 - RO - Ac. 2ªT [20140469480](#) - Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi - DOE 10/06/2014)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Dirigente sindical, membro da CIPA ou de associação

Mandato na CIPA. Interesse da coletividade de trabalhadores da empresa. Legitimidade para arguir eventuais irregularidades no funcionamento da Comissão. É indiscutível que o mandato na CIPA, antes de configurar garantia individual do empregado eleito, retrata mais diretamente o interesse da coletividade de trabalhadores ali representada. Nesse espírito, aliás, os expressos termos da Súmula 339, II, do C. TST. A legitimidade para arguir irregularidades como as relacionadas ao não dimensionamento da Comissão nos termos da NR 5 é, pois, da representação dos trabalhadores da empresa e não do empregado solitariamente considerado, pela via do dissídio individual trabalhista, buscando atribuir a uma garantia efetivamente coletiva os contornos de uma mera vantagem pessoal, para o fim de indenização de suposto período estabilitário frustrado pela empregadora. (TRT/SP - 00021660820115020432 - RO - Ac. 9ªT [20140538679](#) - Rel. Jane Granzoto Torres da Silva - DOE 04/07/2014)

Provisória. Gestante

Recurso ordinário. Gestante. Estabilidade provisória. O artigo 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê a garantia de emprego, e não a indenização, concluindo que a autora deveria ter formulado, inicialmente, pedido de reintegração, e não pedido direto de indenização. A ação proposta visando tão somente a indenização colide frontalmente com o objetivo do legislador e não merece amparo. (TRT/SP - 00012138220135020332 - RO - Ac. 12ªT [20140579251](#) - Rel. Daniel de Paula Guimarães - DOE 25/07/2014)

EXECUÇÃO

Bens do cônjuge

Agravo de petição. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa. Direcionamento da execução em face do sócio retirante não acarreta a responsabilidade solidária do ex-cônjuge. Se a partilha, muito embora consensual, deu-se antes da desconsideração da personalidade jurídica da empresa e nos autos de um processo judicial de divórcio, pressupondo-se, nesse caso, o cumprimento das formalidades legais exigidas para a transmissão de bens imóveis, não pode ser imputado ao sócio, à sua ex-esposa ou ao terceiro adquirente o cometimento ou a participação em qualquer tipo de fraude, nem mesmo aquela perpetrada contra execução judicial. É certo que quando o débito é contraído por um dos cônjuges, a responsabilidade patrimonial será de ambos se restar demonstrado que essa dívida deu-se em proveito do casal. No entanto, se o *debitum* foi contraído por uma empresa, a qual não se confunde com a pessoa física de seu sócio (artigo 596, CPC), e se esse último passou a integrar o polo passivo da demanda apenas após o divórcio e a partilha, resta afastado o argumento de que a transferência foi fraudulenta ou mesmo de que a dívida foi revertida em proveito do casal ou da família. Em verdade, não se pode atribuir, como efeito da desconsideração da personalidade jurídica, a responsabilidade solidária do cônjuge. (TRT/SP - 00021658920135020064 - AP - Ac. 9ªT [20140538563](#) - Rel. Jane Granzoto Torres da Silva - DOE 04/07/2014)

Penhora. Impenhorabilidade

Comromisso de venda e compra. Boa-fé objetiva. Penhora. Impossibilidade. Malgrado a eficácia probatória da propriedade do bem imóvel somente se implementar com o registro notarial, quando adquire fé pública, não se pode ignorar ser prática de larga incidência no comércio imobiliário, a efetivação de negócios jurídicos mediante contrato de compra e venda, sem a posterior averbação na matrícula, procedimento que, embora vá de encontro aos trâmites legais para a efetiva transferência da propriedade de bens imóveis, se justifica diante da realidade sócio-econômica do país e dos elevados custos para a formalização regular da alienação de tais bens, sobretudo se levada em conta a cláusula geral da boa-fé objetiva que impera no direito contratual. O intérprete da lei não pode fazer ouvidos moucos à realidade social que o cerca. (TRT/SP - 00014712920135020062 - AP - Ac. 12ªT [20140527073](#) - Rel. Maria Elizabeth Mostardo Nunes - DOE 07/07/2014)

HORAS EXTRAS

Trabalho externo

Recurso ordinário da reclamada. Horas extras. Trabalho externo. O disposto no artigo 62, I, da CLT exige dois requisitos cumulativos, quais sejam: exercício de

trabalho externo e incompatibilidade de fixação de horário de trabalho. O fato de o empregado desempenhar suas atividades externamente não enseja, por si só, seu enquadramento na exceção prevista no artigo 62, I, da CLT. O que caracteriza o trabalho externo capaz de excluir o pagamento de horas extras é a impossibilidade de fixação e fiscalização da jornada de trabalho, o que não se verifica no caso concreto. Recurso ordinário do reclamante. Retificação da ctps. Aviso prévio indenizado. Conforme disposto na Orientação Jurisprudencial nº 82 da SDI-I do C. TST, "a data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado". Tal entendimento decorre da exegese do disposto no artigo 487 da CLT, extraindo-se do referido texto legal que durante o período do aviso prévio, ainda que indenizado, o contrato de emprego encontra-se vigente. (TRT/SP - 00009978520115020011 - RO - Ac. 18ªT [20140523868](#) - Rel. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo - DOE 30/06/2014)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

Adicional de insalubridade. Base de cálculo. A base de cálculo do adicional de insalubridade, mesmo após a edição da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, continua a ser o salário mínimo, eis que utilizada, no julgamento que lhe deu origem, a técnica conhecida no direito constitucional alemão como "declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade" (*Unvereinbarerklärung*). Portanto, enquanto não superado o obstáculo da inconstitucionalidade, seja por via legislativa, seja por via convencional, o salário mínimo continuará a ser utilizado como base de cálculo do adicional de insalubridade. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00003172620115020068 - RO - Ac. 5ªT [20140496178](#) - Rel. Ana Cristina L. Petinati - DOE 17/06/2014)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

Operador de telemarketing - Recepção de voz humana em fones - Não enquadramento na NR-15, anexo 13, da portaria nº 3.214/78, do MTE - adicional de insalubridade indevido. A atividade de teleoperador não se encontra abrangida pela Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, anexo 13 - operações diversas -, pois, para sua execução, não há manipulação de telégrafo e aparelhos do tipo Morse, nem a recepção de sinais em fones. A norma em questão não faz referência à recepção de voz humana, motivo pelo qual improcede o pedido de adicional de insalubridade. (TRT/SP - 00024901120115020072 - RO - Ac. 8ªT [20140629968](#) - Rel. Rovirso Aparecido Boldo - DOE 05/08/2014)

JORNADA

Motorista

Motorista. Intervalo entre uma pegada e outra na mesma jornada de trabalho. Tempo à disposição do empregador. Horas extras devidas. Não há amparo legal para que o empregador venha a exigir do empregado uma jornada de 03 (três) ou 04 (quatro) horas na parte da manhã e outra idêntica no período da tarde ou à noite, posto que a concessão de intervalo superior ao limite previsto em Lei configura tempo a disposição do empregador, à inteligência da diretriz adotada pela Súmula nº 118 do TST. Demonstrado que entre uma pegada e outra o

reclamante ficava no terminal aguardando ordens, evidencia-se, para todos os fins e efeitos, tempo à disposição da empresa e, em decorrência, são-lhe devidas horas extras. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00012822720135020361 - RO - Ac. 14ªT [20140609959](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 01/08/2014)

JUSTA CAUSA

Desídia

Justa causa. Desídia. Art. 482 "e", "H". A justa causa é modalidade de rompimento da relação de emprego de forma drástica, severa, constituindo-se em penalidade extrema em virtude de falta grave cometida pelo empregado. Por isso, deve estar configurada de forma inequívoca, de modo a não deixar qualquer dúvida na imputação do mau comportamento ao empregado. (TRT/SP - 00015796320125020492 - RO - Ac. 6ªT [20140538253](#) - Rel. MAURO VIGNOTTO - DOE 07/07/2014)

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Geral

Litigância de má-fé. Multa aplicada à testemunha. Comprovada divergência entre o depoimento da testemunha da autoria e suas próprias declarações, correta a aplicação da multa por litigância de má-fé à reclamante, decorrente da condução do depoimento daquela testemunha, concluindo de forma apropriada o MM. Juízo sentenciante que ela foi instruída anteriormente. Outrossim, não prospera a aplicação de multa à referida testemunha, com fulcro no artigo 14, parágrafo único, do CPC, somente aplicável única e exclusivamente às hipóteses de violação do inciso V do mesmo dispositivo, o que não ocorreu no caso presente, bastando para tanto a determinação de expedição de ofícios à Delegacia de Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, por haver indícios do crime de falso testemunho. Recurso ordinário interposto pela reclamante, provido nesse sentido. (TRT/SP - 00025725220125020025 - RO - Ac. 13ªT [20140444216](#) - Rel. Cíntia Táffari - DOE 03/06/2014)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempregada

Terceirização. Sucessão. Prestadoras de serviços. Impossibilidade. A admissão de ex-empregados por empresa terceirizada, quando assume uma nova prestação de serviços em substituição à empresa anteriormente contratada e que romperá o contrato, não caracteriza sucessão trabalhista, porquanto a mera substituição resulta na inequívoca existência de empresas distintas. Na verdade, a manutenção do posto de trabalho resulta em condição mais benéfica ao trabalhador, fato que não está a indicar a suposta sucessão empresarial. Inaplicável ao caso as disposições dos artigos 10 e 448, da CLT. Recurso Ordinário do reclamante ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00007656120115020015 - RO - Ac. 8ªT [20140568187](#) - Rel. Sidnei Alves Teixeira - DOE 21/07/2014)

NORMA JURÍDICA

Interpretação

Empregado público do Município de São Paulo. Gratificação de desempenho prevista na Lei Municipal nº 13.637/2003. Ausência de norma regulamentadora. O

empregado público celetista do Município de São Paulo não faz jus à gratificação de desempenho prevista na Lei Municipal nº 13.637/2003, pois se tratava ela de norma meramente programática, a qual posteriormente se fez substituir pela Lei Municipal nº 14.381/2.007. Além disso, sob idêntico fundamento - no caso o desempenho - não é possível o recebimento de duas gratificações, pois tal entender ofende ao disposto no art. 37, XIV, da Constituição Federal. (TRT/SP - 00005151620135020061 - RO - Ac. 5ªT [20140498014](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 26/06/2014)

NULIDADE PROCESSUAL

Configuração

Nulidade processual: Considerando que não houve qualquer comprovante de entrega pelos correios para o endereço declarado na inicial como sendo sede da primeira ré e, ante a possibilidade de um prejuízo de ordem material e processual, a não participação da primeira reclamada na relação jurídica processual caracteriza ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa, contidos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, impondo-se a declaração, de ofício, da nulidade de todos os atos a partir da audiência de instrução e julgamento. (TRT/SP - 00006902220135020057 - RO - Ac. 11ªT [20140463636](#) - Rel. Ricardo Verta Ludovice - DOE 10/06/2014)

PRESCRIÇÃO

Interrupção e suspensão

Interrupção da prescrição. Arquivamento de demanda idêntica. Distribuição à mesma unidade judiciária. Verificação da prevenção. Dever do juiz. Ausência de determinação para comprovação da identidade de pedidos. Designação de atos processuais. Presunção de superação da fase prejudicial. O arquivamento de reclamação trabalhista por ausência do trabalhador à audiência UNA importa interrupção da prescrição em relação aos pedidos nele veiculados. A redistribuição de demanda para a mesma unidade judiciária em que houve o primeiro arquivamento, seguida de inclusão do feito em pauta, faz presumir a diligência do juiz na análise da presença de elementos autorizadores da prevenção. Os autos da primeira reclamação encontravam-se, na ocasião da segunda, disponíveis e em secretaria. Se, mesmo em face de prejudicial de mérito de prescrição total, o juiz não exige da parte autora a comprovação da identidade entre os pedidos, designa atos processuais como perícia, audiência de provas e julgamento, impõe-se a conclusão de que a matéria prejudicial não houvera sido protraída. Sentença que, depois de toda movimentação processual, acolhe a prescrição total, relevando os elementos que demonstram a pré-existência de ação idêntica, ajuizada na mesma vara e arquivada por ausência do reclamante, deve ser reformada. Em que pese a possibilidade de imediato julgamento do feito, dois elementos, na hipótese, impedem tal procedimento, a saber, o pedido do recorrente, que se limita ao retorno dos autos para nova decisão, e o cerceamento na análise do contexto fático, que, iniciado em segundo grau, tolheria as partes de revisão. Recurso a que se dá provimento. (TRT/SP - 00010973220115020046 - RO - Ac. 14ªT [20140585774](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 25/07/2014)

PROCESSO

Subsidiário do trabalhista

Perda de uma Chance. A figura jurídica da 'perda de uma chance', originária do Direito Francês (perte d' une chance), quando ilicitamente se priva alguém de obter um ganho ou de evitar um prejuízo; incursiona no Direito do Trabalho pela via da responsabilidade civil e autorização subsidiária do parágrafo único do art. 8º da CLT, mas sem prescindir da prova que distingue a mera possibilidade do que seja o 'quase certo' ou do simplesmente hipotético do realmente factível. (TRT/SP - 00022824820115020065 - RO - Ac. 15ªT [20140615517](#) - Rel. Maria Inês Ré Soriano - DOE 01/08/2014)

PROVA

Emprestada

Adicional de insalubridade. Prova emprestada. Ônus *probandi*. Admitida a exibição de prova emprestada com fulcro na Orientação Jurisprudencial n.º 278, do C. TST, o equilíbrio entre estes elementos de convicção insere o pleito de adicional de insalubridade na regra geral do ônus da prova, fazendo concluir que o reclamante não se desincumbir de provar o direito postulado, nos termos do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e do artigo 333, I, do Código de Processo Civil. Recurso Ordinário a que se nega provimento. Recurso Ordinário do reclamante, às fls. 182/190, em face da r. sentença às fls. 170/173, cujo relatório adoto e que julgou improcedente a ação. Contrarrazões foram apresentadas pela primeira reclamada às fls. 193/199 e pelo segundo reclamado às fls. 202/205. Parecer do douto Ministério Público do Trabalho às fls. 207, apontando ausência de motivo para intervenção circunstanciada do Parquet e ressaltando que na hipótese de reforma do julgado o ente público deverá responder subsidiariamente. Ao final, opinou pelo prosseguimento. (TRT/SP - 00015037120125020061 - RO - Ac. 6ªT [20140590344](#) - Rel. Antero Arantes Martins - DOE 25/07/2014)

Justa causa

Justa causa e ônus probatório respectivo: A alegação de falta grave deve ser robustamente provada de forma a não ensejar qualquer dúvida acerca do mau procedimento atribuído ao empregado que justifique a impossibilidade da continuidade do vínculo contratual, porquanto imputa ao trabalhador conduta reprovável que implica perda de direitos trabalhistas. Recurso ordinário ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 00008414820135020037 - RO - Ac. 11ªT [20140463644](#) - Rel. Ricardo Verta Ludovice - DOE 10/06/2014)

Justa causa. Crise de dependência química. Em situação de crise de dependência química ou surto psicótico, a justa causa necessita de inequívoca comprovação do elemento subjetivo, quanto à real consciência do empregado em praticar a falta grave, que a princípio, tem-se por não havida, porque nessas circunstâncias há efetivo prejuízo do adequado discernimento (TRT/SP - 00027414620135020076 - RO - Ac. 15ªT [20140596105](#) - Rel. Silvana Abramo Margherito Ariano - DOE 29/07/2014)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Continuidade

Habitualidade. Regularidade. Desnecessidade de trabalho diário. O fato de a reclamante laborar apenas uma ou duas vezes por semana não tem o condão de excluir o requisito da habitualidade, um dos elementos necessários à configuração do vínculo empregatício. É preciso salientar que habitualidade é sinônimo de regularidade, em oposição ao serviço eventual, incerto, que não se sabe quando voltará a ocorrer. Se a autora prestava serviço toda semana à reclamada, há de se reconhecer que "regularmente" estava presente ao estabelecimento da ré para seu trabalho, ainda que este não fosse diário. Recurso Ordinário da reclamada não provido. (TRT/SP - 00015449420125020301 - RO - Ac. 14ªT [20140433010](#) - Rel. Davi Furtado Meirelles - DOE 30/05/2014)

RESCISÃO CONTRATUAL

Efeitos

Remessa necessária. A admissão da remessa de ofício milita no sentido inverso ao do objetivo do direito do trabalho e do direito processual do trabalho. No entanto, em se tratando de matéria sumulada pelo Colendo TST, a omissão do reexame poderá afrontar revista anulatória, procrastinando ainda mais a solução do feito, razão pela qual admito a remessa necessária. Remessa necessária e recurso da reclamada. PCCS. Progressão salarial por antiguidade. Nos moldes do disciplinado pela Súmula n.º 51 do C. TST, em seu item II, a adesão do empregado a um dos planos de carreira constitui renúncia às normas do outro. Recurso do reclamante. PCCS. Progressão salarial por merecimento. A progressão em debate não é automática, mas vantagem de caráter subjetivo, não bastando apenas o preenchimento do requisito da avaliação satisfatória de desempenho funcional satisfatório e da existência de lucratividade da Reclamada no período anterior para o seu deferimento, ante a previsão de que poderão concorrer com outros empregados à progressão por mérito. Não se pode perder de vista que a Recorrente integra a Administração Pública Indireta, estando submetida aos princípios que regem a Administração Pública, insertos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, quais sejam, a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Vantagem Salarial Pessoal. Promoção Vertical. Curva De Maturidade. Os pleitos formulados com base no Plano de Cargos e Salários de 1995, que não se aplica ao Reclamante, são improcedentes. Contribuições ao POSTALIS e POSTALPREV. Complementação de aposentadoria. Improcedente a ação, fica prejudicada a apreciação desse item do apelo. (TRT/SP - 00020029420125020048 - RO - Ac. 2ªT [20140447819](#) - Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi - DOE 04/06/2014)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Responsabilidade subsidiária. Ente público. Em se tratando de ente público, o mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora não é suficiente para imputar ao tomador de serviços a responsabilidade patrimonial. Recurso da 2ª reclamada provido. (TRT/SP - 00032233720125020073 - RO - Ac. 12ªT [20140578670](#) - Rel. Jorge Eduardo Assad - DOE 25/07/2014)

REVELIA

Impedimento a comparecer

Ausência do representante da reclamada em audiência. Boletim de ocorrência. Revelia mantida. Diante do tempo hábil para comparecimento à audiência e a possibilidade de se fazer substituir por preposto, conforme faculta o parágrafo 1º do art. 843 da CLT, rejeita-se a arguição de cerceamento de defesa. (TRT/SP - 00007299020135020001 - RO - Ac. 18ªT [20140523841](#) - Rel. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo - DOE 30/06/2014)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Julgamento "extra petita"

Julgamento *extra petita*. Adicional de insalubridade. Agente nocivo diverso do apontado na inicial. Alega a Recorrente que a sentença é *extra petita*, pois a petição inicial relata a exposição do Recorrido a agente insalubre, por trabalho em local fechado onde havia contato com Raios X. Todavia, a condenação constante da sentença ocorreu com base no contato com agentes biológicos. Assim, a condenação violaria o princípio da congruência. A constatação da existência de agente nocivo diverso do alardeado na exordial não prejudica o pedido de adicional de insalubridade, esse é o teor da Súmula 293 do C. TST. Logo, improcede a preliminar suscitada. (TRT/SP - 00008216120115020026 - RO - Ac. 14ªT [20140609886](#) - Rel. Elisa Maria De Barros Pena - DOE 01/08/2014)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Dissídio coletivo e sindicalização

Adicionais normativos de horas extras e noturnas superiores aos legais. Base de cálculo. As normas coletivas que fixam adicionais de horas extras e noturnas em percentuais superiores aos legais, que devem ser calculados sobre o valor da hora normal, não permitem a exclusão do adicional de periculosidade ou de insalubridade da respectiva base de cálculo. Tal exclusão seria lícita apenas na hipótese de expressa determinação normativa neste sentido, o que não ocorre nas cláusulas normativas firmadas pelo sindicato dos trabalhadores no transporte metroviário de São Paulo. Os adicionais de periculosidade ou de insalubridade remuneram apenas a hora normal, aplicando-se, portanto, a jurisprudência do C. TST sobre a matéria (Súmula 132 e Orientação Jurisprudencial 259, da SDI-I), porque não houve expressa exclusão dos títulos pelas cláusulas normativas. (TRT/SP - 00020245520135020069 - RO - Ac. 13ªT [20140598507](#) - Rel. Fernando Antonio Sampaio da Silva - DOE 29/07/2014)

Quadro de carreira

ECT. Plano de carreiras, cargos e salários de 1995. Progressão horizontal por mérito e por antiguidade. Discricionariedade administrativa presente na por mérito. Inexistente na por antiguidade. O Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS de 1995 da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT admitiu a progressão horizontal por antiguidade e por merecimento, as quais sucederiam de forma alternada e mediante deliberação da Diretoria, sempre respeitando o limite de referências salariais de cada cargo. Havendo omissão em deliberar, incumbe averiguar se o juízo da Diretoria da ECT - de fato - emerge como discricionário. No pertinente à Progressão Horizontal por Mérito, a sua concessão reclama o exame de aspectos subjetivos os quais se inserem na margem discricionária da

administração; quanto à Progressão Horizontal por Antiguidade, transcorridos os três anos do interstício, o ato deliberativo se presta à sua mera efetivação, eis que a própria norma de outorga da discricionariedade (o PCCS) estabelece o triênio como interstício máximo (item 8.2.10.4). Cabíveis as PHA (Orientação Jurisprudencial Transitória 71 da SDI-1 do C. TST). (TRT/SP - 00031504520125020015 - RO - Ac. 5ªT [20140497425](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 17/06/2014)

Salário

Prêmio incentivo. A Lei Estadual nº 8975 de 25.11.1994 instituidora do benefício, alterada pela Lei nº 9.185 de 21 de novembro de 1995 e Lei nº 9.463 de 19 de dezembro de 1996, e pelo Decreto 41.794/97, estabelecem a concessão do benefício aos servidores em exercício na Secretaria da Saúde e nas autarquias a ela vinculadas, desde que não estejam percebendo ou venham a perceber vantagem pecuniária de qualquer natureza ou sob qualquer fundamento, custeada com recursos provenientes do Ministério da Saúde/Sistema Único de Saúde - SUS/SP. E não comprovado, na hipótese, que a reclamante recebesse vantagem pecuniária proveniente de recursos do SUS. Desprovido o apelo da reclamada. (TRT/SP - 00017960820125020072 - RO - Ac. 6ªT [20140590387](#) - Rel. Antero Arantes Martins - DOE 25/07/2014)